

## ENSINO DE GEOGRAFIA E EXCLUSÃO SOCIAL: BUSCANDO APROXIMAÇÃO ENTRE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA EM UMA ESCOLA SOCIOEDUCATIVA

William Ribeiro Silva<sup>1</sup>, Bruno Pereira Nascimento<sup>2</sup>

<sup>1</sup>Professor Associado do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ. Contato: [williamribeiro@hotmail.com](mailto:williamribeiro@hotmail.com) - ORCID iD: <http://orcid.org/0000-0003-3293-0512>

<sup>2</sup>Doutorando em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e professor docente I pela Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC). Contato: [brunopereira.ufrj@gmail.com](mailto:brunopereira.ufrj@gmail.com)

Artigo recebido em 17/04/2020 e aceito em 20/05/2020

### RESUMO

A possibilidade de se aproximar ensino, pesquisa e extensão é um caminho a ser buscado pelas instituições universitárias e é sobre o qual se busca debater neste artigo por meio da ação junto ao Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva, alocado no Centro Socioeducativo Dom Bosco, na cidade do Rio de Janeiro, com jovens apreendidos pelo Estado. Para tanto, buscamos demonstrar a metodologia pautada na dialogia entre universidade - escola, numa interação não hierárquica e de retroalimentação constante, por meio de oficinas aplicadas com temas de pesquisa sobre a cidade e o urbano. Entre os resultados, há o desenvolvimento da formação cidadã do meio universitário e sua aproximação com a escola básica - professores, alunos e equipe pedagógica - por meio do ambiente da pesquisa científica e do debate acadêmico em contato direto com as vivências e experiências geográficas dos jovens apreendidos.

**Palavras-chave:** Espaço Urbano; Socioeducação; Dialogia; Extensão Universitária; Ensino de Geografia.

## TEACHING GEOGRAPHY AND SOCIAL EXCLUSION: SEEKING APPROXIMATION BETWEEN TEACHING, RESEARCH AND UNIVERSITY EXTENSION IN A SOCIO-EDUCATIONAL SCHOOL

### ABSTRACT

The possibility of approaching teaching, research and extension is a path to be sought by university institutions and is what this article seeks to discuss through action with the Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva, located in Socio-Educational Center Dom Bosco, in the city of Rio de Janeiro, with young people apprehended by the State. Therefore,

we seek to demonstrate the methodology based on the dialogical perspective between university - school, in a non-hierarchical interaction and constant feedback, through applied workshops on research topics on the city and the urban. Among the results, there is the development of citizen education in the university environment and its proximity to the basic school - teachers, students and pedagogical staff - through the environment of scientific research and academic debate in direct contact with the geographical experiences and experiences of young people apprehended.

**Keywords:** Urban Space; Socio-education; Dialogismo; University Extension; Geography Teaching.

## **ENSEÑAR GEOGRAFÍA Y EXCLUSIÓN SOCIAL: BUSCANDO UNA APROXIMACIÓN ENTRE LA ENSEÑANZA, LA INVESTIGACIÓN Y LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA EN UNA ESCUELA SOCIOEDUCATIVA**

### **RESUMEN**

La posibilidad de acercarse a la docencia, la investigación y la extensión es un camino que deben buscar las instituciones universitarias y se trata de que tratemos de discutir este artículo a través de la acción en el Colegio Padre Carlos Leáncio da Silva, asignado en el Centro Socioeducativo Don Bosco, en la ciudad de Rio de Janeiro, con jóvenes incautados por el Estado. Para ello, buscamos demostrar la metodología basada en la metodología basada en la metodología entre universidad-escuela, en una interacción no jerárquica y retroalimentación constante, a través de talleres aplicados con temas de investigación sobre la ciudad y lo urbano. Entre los resultados, está el desarrollo de la educación ciudadana del entorno universitario y su aproximación con la escuela básica - profesores, estudiantes y equipo pedagógico - a través del entorno de la investigación científica y el debate académico en contacto directo con las experiencias geográficas y experiencias de los jóvenes capturados.

**Palabras clave:** Espacio urbano; Socioeducación; Diálogo; Extensión Universitaria; Enseñanza de Geografía.

### **APRESENTAÇÃO**

Há um debate acerca do famoso tripé que sustenta as atividades universitárias – ensino, pesquisa e extensão, com lógicas e potenciais fortíssimos para se vislumbrar desenvolvimento com justiça social. Porém, vários são os problemas e as dificuldades para se realizar a contento tais perspectivas. As grandes universidades públicas brasileiras constituem os maiores centros de excelência na produção científica do país, algumas delas, inclusive, bem posicionadas em diversos rankings internacionais. Tem-se uma lógica consolidada de pesquisa, com um sistema de pós-graduação bastante desenvolvido que avança com grandes potenciais, porém, do ponto de vista da sua capacidade de extensão, ainda encontram diversos obstáculos a serem enfrentados.

Enquanto centros de excelência, os campi das universidades brasileiras terminam por serem bastante estranhos<sup>1</sup> ao conjunto espacial urbano onde estão sediados, com muitos exemplos em que são rodeados por áreas de grande pobreza, onde a universidade parece um espaço inatingível, ou mesmo, onde pouco se sabe o que se faz naquele lugar de grandes edificações, como é o caso da Universidade Federal do Rio de Janeiro – Ilha do Fundão, vizinha do Complexo de favelas da Maré.

Nos últimos 15 anos houve um incremento de incentivos à realização de projetos de extensão universitária, com editais de financiamento de grandes fundações de pesquisas, federais e estaduais e com fundos destinados nos orçamentos das próprias universidades. Percebe-se que muitos projetos de extensão<sup>2</sup> terminam por serem confundidos com ações assistenciais em que a lógica quase paroquial tende a comparecer. Ações nas quais o saber universitário elaborado nos grandes projetos de pesquisas estão distantes e se sobressaem mais atividades de professores e alunos voluntariados – bem intencionados, porém, perdendo o caráter acadêmico-científico das propostas. Embora, faça-se justiça, há excelentes trabalhos sendo realizados no âmbito da extensão universitária, o que demonstra que os investimentos constantes precisam ser mantidos para se consolidar uma prática acadêmica que aproxime universidade e o restante da sociedade, porém, as recentes políticas federais têm seguido caminho contrário.

O investimento nas universidades públicas em um país localizado na periferia do sistema capitalista mundial deve-se às custas de um orçamento que tende a ser considerado de grande monta, porém, absolutamente necessário e, especialmente, única opção para se viabilizar o desenvolvimento de uma nação e garantir melhorias sociais e autonomia científica, intelectual e tecnológica no futuro. Não há país no mundo que tenha se tornado desenvolvido que não tenha realizado fortes investimentos na produção de um sistema universitário robusto, conforme se depreende em Kuppermann (1994).

Ocorre que a relação entre a produção do conhecimento e a sua “aplicabilidade” possui um grande distanciamento com variações distintas entre as áreas do conhecimento, mas considera-se que a liberdade de cátedra, ou seja, quais temas a se pesquisar e ensinar são de inteira opção e decisão do

---

<sup>1</sup> Chamamos de estranhos pelo fato de possuir formas espaciais, usos e conteúdos sociais bastante distintos dos arredores, como é o caso do campus da Ilha do Fundão/UFRJ, que é literalmente uma ilha e possui limite direto com o Complexo de Favelas da Maré, com graves problemas sociais. Enquanto na Ilha do Fundão se tem um conjunto bastante grande de investimentos públicos e privados, há frequência de pessoas de médio e alto poder aquisitivo e há presença de grandes empresas e centros de pesquisas, como a Petrobras, Siemens, Halliburton, Ambev etc.

<sup>2</sup> Compreende-se a extensão como uma articulação conjunta de ações, tendo em vista as preocupações e críticas apontadas por Freire (1983).

professor pesquisador, obviamente dentro dos parâmetros legais e curriculares, é essencial para a garantia do pensamento autônomo e se torna fundamental como retorno do investimento realizado, visando a inovação. Assim, não cabem juízos se algumas áreas seriam mais propensas ou se teriam maior "utilidade e retorno social", pois os temas das pesquisas, logo também das extensões, precisam partir de elaborações intelectuais pautadas nas preocupações sensíveis aos pesquisadores.

Em tempos de crise e em que o sistema público universitário do Brasil é questionado por iniciativas não republicanas ou de interesses no seu esfacelamento, faz-se mister debater o papel das universidades e a sua importância crucial ao futuro da nação. Desta premissa, o famoso tripé – ensino, pesquisa e extensão – deve ser encarado como um alicerce para se demonstrar e fazer aparecer o trabalho universitário, onde a pesquisa – construção do conhecimento – possibilita desenvolver um ensino de qualidade e uma extensão à sociedade em forma de diversas modalidades de projetos. Não se trata de ações para estimular a “bondade”, mas sim, de potencializar que o conhecimento acadêmico-universitário seja posto em prática ao serviço da sociedade para ganhos de natureza social, econômica, portanto, na produção espacial brasileira.

Nesta esteira, o grupo de pesquisa Reestruturação Urbana e Centralidade (GRUCE)<sup>3</sup> e seus parceiros, estruturado a partir do desenvolvimento de projetos articulados sobre a Produção do Espaço Urbano, em especial na Metrópole do Rio de Janeiro e em cidades médias brasileiras, tem buscado desenvolver um projeto de Oficinas de Geografia Urbana à partir das diversas pesquisas desenvolvidas em níveis de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado, em conjunto com a equipe profissional do Colégio Padre Carlos Leôncio da Silva, em um centro socioeducativo para menores apreendidos pelo Estado.

As ações são desenvolvidas em conjunto entre os professores e estudantes envolvidos com a proposta, com uma perspectiva de horizontalidade que vise a formação acadêmica e cidadã ampla, evitando precoces especializações temáticas e garantindo pleno domínio teórico-metodológico, técnico e político das atribuições profissionais do profissional licenciado em Geografia e do Bacharel em Geografia, além da formação cidadã na pós-graduação. A proposta se pauta na criação de um ambiente material e intelectual que oportunize aproximar a produção da excelência do conhecimento e a formação acadêmica geral dos alunos dos cursos universitários.

---

<sup>3</sup>Ressalte-se que este projeto teve início no âmbito do grupo PET/Geografia/UFRJ, no período em que o Prof. William Ribeiro da Silva foi tutor do mesmo (2010 a 2016), porém, nos últimos 5 anos, este projeto tem se desenvolvido no GRUCE, também sediado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Departamento de Geografia e Programa de Pós-graduação em Geografia (nota 7 na CAPES).

Assim, tem-se o interesse em realizar a extensão do conjunto de pesquisas desenvolvido como meio de auxiliar o importante trabalho desenvolvido na escola parceira e contribuir para a formação cidadã dos alunos apreendidos, dos estudantes universitários, além de uma excelente aproximação entre professores da universidade e do colégio e seus respectivos alunos. Com isso, se pretende debater com o presente artigo, a extensão universitária por meio de uma experiência desenvolvida no referido projeto de oficinas, a partir de três partes, quais sejam: - a dialogia na extensão proposta, questões metodológicas; a realidade do ensino em um centro socioeducativo; e uma reflexão sobre os resultados obtidos.

### **SOBRE A DIALOGIA NA EXTENSÃO – QUESTÕES METODOLÓGICAS**

Embora a universidade seja o *locus* da produção do conhecimento formal, este jamais será produzido sem a sua devida imersão no empírico, com suas diferentes manifestações sociais, culturais e materiais. A extensão universitária precisa ser desenvolvida com parâmetros de horizontalidade, de tal modo que se esteja aberto ao debate, ao duplo caminho de desenvolvimento de novos saberes. Assim como o saber desenvolvido na universidade será importante para o público alvo do projeto, os saberes deste, também serão fundamentais para os executores do projeto, diante das questões apresentadas por Freire (1983).

Devido a particularidade dos alunos do colégio Padre Carlos Leôncio da Silva, oriundos em sua maioria de áreas de grande vulnerabilidade social e espacial, praticantes de delitos e atuantes em facções criminosas, estes representam uma parcela da sociedade que produz os espaços urbanos, mas que são de difícil acesso para pesquisadores ou para as equipes escolares, considerando que muitos, embora em idade escolar, estão fora do sistema de ensino. Porém, no ambiente do colégio, na condição de internos apenados, estes veem nos professores seus maiores parceiros, com quem se sentem animados ao diálogo, contrariamente ao convívio com os agentes de segurança socioeducativa, que seguem rotinas de segurança bastante rígidas e majoritariamente não desenvolvem relação de aproximação com os alunos.

Para Lauerman (2018, p. 24)

A violência e os maus-tratos desde a infância até a juventude, pois muitos não chegarão à vida adulta, aumentam com as políticas punitivas que estão implantadas para o combate à violência. O cárcere em geral se apresenta punitivo, marcador, estigmatizador e traumatizante, numa perspectiva excludente de equipamentos gerados para a “reinserção social”.

Citado por Lauerman (2018, p. 24), Krauskopf (2003), afirma que:

Podemos identificar na literatura quatro enfoques sobre as concepções de juventude, sendo: juventude como etapa de preparação, transição entre a infância e a fase adulta; juventude como etapa problemática; juventude como atores estratégicos para o desenvolvimento do mundo e juventude cidadã, como sujeito de direitos. Diante desta definição, baseada nos contextos sociais da América Latina, a única definição cabível é a juventude definida como etapa problemática. O jovem aparece a partir dos problemas que ameaçam a ordem social, na fronteira entre comportamento de risco e o não cumprimento das leis e regras sociais.

Desta feita, abre-se uma excelente oportunidade de se colocar em prática os saberes universitários, possibilitar o intercâmbio de ideias para melhoria da relação entre ensino e aprendizagem na escola, e, portanto, da vida dos alunos, e a aproximação com saberes destes alunos que serão novamente objetos de reflexão na academia. Assim, o princípio da dialogia faz-se imperativo para a plena realização de uma atividade de extensão universitária. A troca horizontal em que os professores do colégio participam de todas as etapas do desenvolvimento do projeto e contribuem decisivamente para o ambiente da reflexão sobre a ação.

Devido a preocupações metodológicas, as temáticas a serem abordadas, junto aos jovens privados da liberdade, estão inseridas nas assim denominadas Geografia Física e Geografia Humana, com os seguintes temas: Centralidade Urbana, Divisão territorial do trabalho urbano, Geografia das Favelas, Segregação Urbana, Centro e Periferia, Migrações, Mobilidade Urbana, Questões Urbano-Ambientais, Violência Urbana.

Estes temas são resultantes de pesquisas desenvolvidas no âmbito da universidade com a cooperação do Prof. Bruno Pereira do Nascimento (vice coordenador do projeto) - dos demais professores da Escola Padre Leôncio da Silva e estudantes em níveis de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado. Pensa-se, portanto, numa estreita vinculação entre a produção do conhecimento e a sua aplicabilidade dialógica com a comunidade, com as devidas adaptações didático-pedagógicas; inclusive, também, uma retroalimentação<sup>4</sup> da própria fundamentação da pesquisa.

---

<sup>4</sup>Entende-se retroalimentação como a possibilidade de que o desenvolvimento de uma ação de extensão possa provocar novas inquietações e questões acadêmicas, sob novos e distintos pontos de vista da realidade e terminem por dar continuidade às pesquisas com novos incrementos. Ou seja, os saberes do chamado “público alvo” também serão postos em debate e irão acrescentar conhecimento acadêmico-científico. Sendo assim, procura-se estabelecer uma relação dialógica, nos termos de Bakhtin (2010).

Assim, estruturam-se oficinas com atividades práticas (construtivistas), de acordo com realidade do público da escola, pois muitos não são alfabetizados, visando com isso o máximo de inclusão possível para despertar uma prática cidadã. Nesta perspectiva, as metodologias de ensino empregadas são de base construtivista, pautadas nos conhecimentos prévios e das realidades concretas dos jovens apreendidos (ARGENTO, s/d e MUNARI, 2010).

Todas as atividades realizadas são desenvolvidas a partir de reuniões semanais da equipe envolvida - professores universitários, estudantes de pós-graduação, estudantes de graduação - parciais ou toda a equipe, incluindo universidade e escola, para debater as concepções das oficinas, seus objetivos, recursos metodológicos e sua execução. Além disso, estas reuniões servem para se realizarem as avaliações das atividades desenvolvidas, por meio de relatos orais e relatórios textuais, registros de imagens e vídeos, dos materiais produzidos pela equipe executora e pelos estudantes apreendidos, durante as oficinas.

Nestas reuniões valoriza-se amplamente as impressões, críticas, anseios e ações dos professores da escola, pois se compreende que eles estão cotidianamente em contato com os jovens apreendidos e possuem melhor capacidade de analisar a conjuntura e, por conseguinte, desenvolver estratégias pedagógicas visando aproximações junto aos jovens mencionados.

As reuniões de avaliação servem para subsidiar a preparação das oficinas e das reflexões seguintes, sendo que os estudantes universitários têm amplo papel em todas as etapas, na concepção, no desenvolvimento, na produção dos materiais didáticos, nos registros das oficinas, nos relatórios e nas avaliações parciais e final.

A aproximação entre universidade e o restante da sociedade brasileira por meio de interações horizontais pautadas pela dialogia na construção do conhecimento e na realização de ações concretas, tais como apontadas por Bakhtin (2010), em que os princípios fundamentais da unicidade entre o ser e o evento, a relação entre o "eu" e o "outro" e a dimensão axiológica, são fundamentais para pleno alcance dos objetivos da plena interação. Para esta experiência, estes princípios são fundamentais para se compreender a relação com a diferença e garantir a polifonia, onde as vozes dos envolvidos possam ter a mesma capacidade de serem ouvidas e respeitadas. Neste projeto de distintas participações, faz-se fundamental a garantia da polifonia e a intertextualidade<sup>5</sup>.

---

<sup>5</sup>Dentro da obra de Bakhtin (2010) tem-se a defesa da relação dialógica no âmbito da busca do conhecimento e se desenvolve a ideia da interação horizontal entre: 1. O ser e o evento, que seriam justamente as possibilidades de compreensão do contexto espacial e do histórico social; a relação entre o eu e o outro, na perspectiva do auto reconhecimento pessoal pelas diferenças e semelhanças com o outro ser social em contato e 3. a dimensão axiológica, na



Assim, a ação de extensão consistiu na produção de oficinas a partir dos resultados das pesquisas acadêmicas sobre a cidade e o urbano, em especial a temática da centralidade urbana, nos termos de Maia, Silva e Whitacker (2017) e Silva (2017) e demais temas correlatos da estruturação urbana. Estas oficinas foram desenvolvidas com a seguinte rotina pela equipe (universidade e escola em conjunto<sup>6</sup>): 1. Seleção, escolha e debate dos temas; 2. Debate sobre o potencial e as maneiras de correlação com o ensino básico por meio de atividades concretas; 3. Desenvolvimento de materiais didáticos e preparação da metodologia da oficina; 4. Rodadas de observações das aulas na escola pelos membros universitários (em duplas ou trios, sempre um professor ou aluno de pós-graduação e alunos de graduação<sup>7</sup>), por volta de três aulas antes da oficina; 5. Desenvolvimento das oficinas na escola; 6. Sistematização e debate dos resultados, incluindo materiais produzidos nas oficinas e relatos dos envolvidos; 7. Produção de relatórios parciais e finais. Toda a sistemática é devidamente analisada e refletida pela equipe para se buscar avançar na pesquisa e na própria extensão, o que terminou por derivar com início de uma pesquisa de mestrado junto ao PPGG/UFRJ, intitulada “O direito à cidade em uma cidade gerida pelo medo: uma cartografia dos jovens em conflito com a lei no estado do Rio de Janeiro”, por Dimitri Silva Sobral, ratificando a ideia da retroalimentação entre a pesquisa e extensão.

## **REALIDADE DO ENSINO EM UM CENTRO SOCIOEDUCATIVO**

A realidade dos alunos apreendidos é de forte sensibilidade social, com graves problemas de formação, sendo muitos não efetivamente alfabetizados e com histórico de evasão escolar, o que torna a necessidade de inovação nas metodologias das oficinas e que permita um contato profícuo para todos os envolvidos, cerca de 150 alunos apreendidos, 3 professores do colégio, 15 estudantes de graduação, 7 estudantes de pós-graduação e 5 professores universitários.

Trata-se de um colégio distinto, com público diferenciado do ensino convencional e com possibilidades e vivências educacionais pouco refletidas no ambiente universitário, sendo uma

---

compreensão das diferentes construções de valores e questões éticas, tendo por base uma leitura em preconceitos ou julgamentos. Ou seja, uma intertextualidade onde as diferentes construções de visões e perspectivas são postas em reflexão em semelhantes condições.<sup>5</sup> Ressalte-se que a participação dos membros da escola é constante em todas as etapas e fundamental no auxílio para definição das temáticas e das metodologias, além de crucial para a avaliação e análise dos resultados.

<sup>6</sup>Ressalte-se que a participação dos membros da escola é constante em todas as etapas e fundamental no auxílio para definição das temáticas e das metodologias, além de crucial para a avaliação e análise dos resultados.

<sup>7</sup>Incluindo bolsistas de extensão do projeto “Oficinas de Geografia Urbana” desenvolvido pelo Edital Profaex/UFRJ 2019, sob protocolo 322038.1808.79778.10032019 e alunos voluntários.



excelente oportunidade de contato com jovens deste perfil social para uma aproximação com a universidade e seu potencial de transformação social. Sendo assim, pesquisa, ensino e extensão, pilares da universidade, desenvolvidos plenamente.

O C.E. Padre Carlos Leôncio da Silva foi criado em 28 de setembro de 1994<sup>8</sup> e está sediado no Centro de Socioeducação Dom Bosco - antigo Instituto Padre Severino, situado na Estrada dos Maracajás, S/N, Ilha do Governador - RJ. Sua alocação espacial no interior da unidade socioeducativa se justifica por garantir aos jovens privados de liberdade o direito à escolarização.

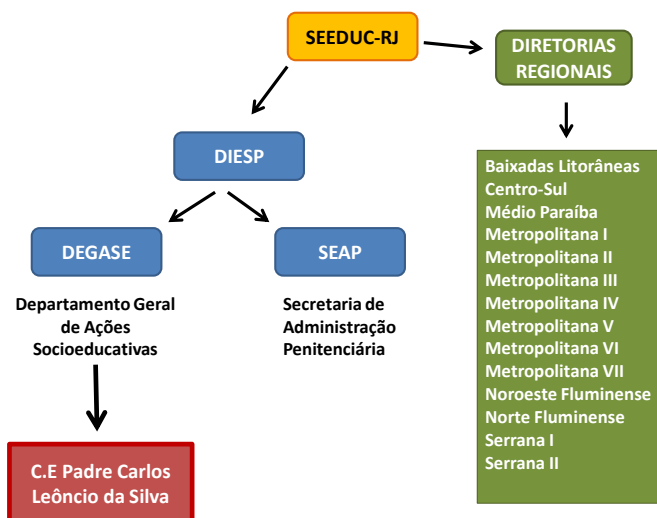
Com relação à estrutura administrativa da Secretaria de Estado e Educação, destaca-se que há quatorze Diretorias Regionais e uma Diretoria Prisional e Socioeducativa (Diesp). Esta, por sua vez, é responsável por coordenar junto à Seeduc tanto as escolas alocadas em unidades do Degase, caso do C.E Padre Carlos Leôncio da Silva, quanto nas instalações do Seap – Secretaria de Administração Penitenciária. Frisa-se que o Degase é responsável pela tutela de jovens apreendidos pela Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ) com idades entre doze e dezessete anos<sup>9</sup>, já o Seap diz respeito a pessoas maiores de idade. O Esquema 1 ilustra a relação entre as escolas da Diesp junto à estrutura organizacional da Seeduc.

---

<sup>8</sup> Decreto nº 20.581, por ato da Secretaria de Estado e Educação do Rio de Janeiro (Seeduc) em convênio com a Secretaria de Justiça, que na ocasião instituía o Degase – Departamento Geral de Ações Socioeducativas. Atualmente, o Degase está vinculado à Secretaria de Estado e Educação.

<sup>9</sup>Caso o jovem apreendido com dezessete anos complete a maioridade no interior da unidade socioeducativa, ainda em privação de liberdade, não será transferido para um presídio gerido pelo Seap visto que seu ato infracional foi cometido enquanto ele era menor de idade. Desta forma, há presença de jovens com até 20 anos nas instalações das unidades socioeducativas – já que o tempo máximo de permanência é de três anos.

**Figura 1:** Inserção do C.E Padre Carlos Leônico da Silva junto à Secretaria de Estado e Educação



Fonte: Elaboração própria.

Há duas matrizes curriculares nos colégios estaduais alocados em unidades socioeducativas – a saber, multisseriado e seriado em módulos, sendo seus critérios de definição atrelados ao tipo de medida em que cada unidade do Degase oferece aos seus internos. Em outros termos, a escola que atende aos jovens em conflito com a lei terá suas matrizes curriculares determinadas pelas especificidades da unidade na qual está instalada. Contudo, antes de refletir a respeito das peculiaridades das matrizes multisseriada e seriada em módulos serão apresentadas as etapas no cumprimento e os tipos de medidas socioeducativas oferecidas pelas unidades do Degase.

Quando o jovem é apreendido, é levado para averiguação em uma delegacia para investigarem se há mandado contra ele e/ou para esclarecer o flagrante de algum ato infracional. Após isso, ele é encaminhado para o Centro de Triagem e Recepção (CTR), já no sistema socioeducativo, ficando privado da liberdade, trancado em alojamentos<sup>10</sup> e sem possibilidade de ir até a escola<sup>11</sup>. A duração nesta etapa do processo possui ampla variação, indo de dias até semanas, e se estende até seu ingresso na segunda etapa do processo, a internação provisória.

De acordo com a legislação<sup>12</sup>, o período de privação de liberdade do adolescente na internação provisória é de quarenta e cinco dias. Durante este tempo, o jovem é matriculado na escola

<sup>10</sup> O que se nomeia alojamento para menores de idade é o equivalente às celas para os maiores.

<sup>11</sup> Isso ocorre porque os colégios estaduais inseridos no sistema socioeducativo possuem como clientela, apenas, jovens cumprindo internação provisória e internação definitiva.

<sup>12</sup> Os Artigos 108, 174, 183 e 184 do ECA abordam temáticas relativas à Internação Provisória.

sediada na unidade socioeducativa com matriz de ensino multisseriada, sem aprovação ou reprovação de série. Neste prazo, também, há ocorrência de audiências judiciais que definirão a medida socioeducativa a ser cumprida, podendo estar atrelada a um **(1)** “meio aberto”, sem cerceamento de liberdade ao adolescente, ou à **(2)** “restrição de liberdade”.

As sanções previstas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no primeiro conjunto, são **(1a)** advertência<sup>13</sup>; **(1b)** obrigação de reparar o dano<sup>14</sup>; **(1c)** serviço comunitário<sup>15</sup> e **(1d)** liberdade assistida<sup>16</sup>. Já as sanções enquadradas como restritivas de liberdade, dadas em casos mais graves, são **(2a)** Criaad<sup>17</sup> (semiliberdade) e **(2b)** internação definitiva. Das medidas apresentadas, destacaremos a internação definitiva por oferecer escola dentro dos muros de uma unidade aos socioeducandos.

A internação definitiva é a mais grave das medidas socioeducativas. O tempo de cerceamento de liberdade do adolescente varia entre seis meses e três anos e, de acordo com o artigo 122 do ECA, ela deverá ser aplicada em três casos. A saber: **(a)** Quando o ato infracional é cometido mediante grave ameaça ou violência à vítima; **(b)** Reiteração no cometimento de outras infrações graves e **(c)** descumprimento injustificável da medida anteriormente imposta<sup>18</sup>.

Na matriz multisseriada, atrelada à internação provisória, não há aprovação ou reprovação de série em virtude do curto período em que os jovens ficam alocados na unidade socioeducativa, no máximo quarenta e cinco dias. Em razão disso, a rotatividade dos alunos é tamanha que dificilmente o professor dará aulas em dias diferentes para uma turma com a permanência dos mesmos alunos. Sempre alguns terão saído e outros estarão em seus lugares. Essa peculiaridade gera desafios pedagógicos pela não continuidade do estudante, induzindo o professor a discutir conteúdos que

---

<sup>13</sup>Repreensão verbal pelo(a) pelo juiz(a), seguindo o artigo 115 do ECA.

<sup>14</sup>Quando o ato infracional envolver danos materiais, o juiz pode determinar que o adolescente devolva, indenize ou compense a vítima (artigo 116 do ECA).

<sup>15</sup>O prazo máximo de cumprimento desta medida é de seis meses e a carga horária semanal de atividades feitas pelo jovem não podem ultrapassar seis horas (artigo 117 do ECA).

<sup>16</sup> Durante o período em que estiver em cumprimento da liberdade assistida, o adolescente é inserido em programas de escolarização e profissionalização, deve comparecer regularmente ao fórum determinado em juízo e o tempo mínimo de cumprimento para esta medida é de seis meses (artigo 118 do ECA).

<sup>17</sup>A sigla significa “**Centros de Recursos Integrados de Atendimento ao Adolescente**”. Destaca-se, também, que o prazo máximo de cumprimento desta medida pelo jovem é de seis meses.

<sup>18</sup>Neste caso, o tempo máximo de internação definitiva será de três meses. Frisa-se, ainda, a necessidade em sublinhar o termo “injustificável”. Afinal, muitos jovens deixam de cumprir o Criaad devido a rivalidade entre facções, o que é diferente de simplesmente “deixar de ir a uma unidade de semiliberdade porque quis”. Um exemplo de situação ocorre quando a unidade de semiliberdade está localizada em área dominada por facção A e um jovem de facção B precisa, para cumprir a medida e chegar à unidade, se colocar em risco. Neste caso, o procedimento correto é notificar ao fórum a situação para encaminhar o jovem para outra unidade de semiliberdade, mas muitos (por desconhecimento da legislação) não o fazem e descumprem a medida, colocando-se como foragidos da justiça.

possam ser introduzidos e concluídos por inteiro em apenas uma aula, evitando que os discentes recém-chegados percam o início da matéria trabalhada em aulas pretéritas ou que os jovens retirados do sistema percam sua conclusão. O termo multisseriado se justifica pelo agrupamento, na mesma sala de aula, de jovens com escolaridades similares, mas não necessariamente iguais. Ou seja, se pode colocar na mesma turma um estudante que está no sétimo ano junto a outro que está cursando o oitavo. Além disso, não há possibilidade de seguir o currículo mínimo nesta modalidade de ensino, em razão de suas peculiaridades, fazendo com que professores trabalhem através de projetos ou temáticas específicas de suas disciplinas que julguem relevantes.

Na internação definitiva, em razão do período de permanência dos internos ser maior, a matriz educacional é alterada para a seriada em módulos, com aprovação e reprovação, sendo que o tempo de cada série modular dura seis meses. Nesta matriz há utilização do currículo mínimo e se respeita a seriação do aluno no ato de sua alocação em uma turma, não podendo juntar estudantes com escolaridades distintas.

Há profunda correlação entre o tipo de medida socioeducativa oferecida por uma unidade do Degase com a matriz pedagógica do colégio estadual alocado no seu interior. O caso do C.E Padre Carlos Leôncio da Silva é ilustrativo em razão de ter modificado seu projeto político pedagógico e sua matriz de ensino em razão da unidade na qual está alocado, que preteritamente atendia jovens em cumprimento de internação provisória, ter passado a comportar majoritariamente<sup>19</sup> adolescentes em internação definitiva.

A referida modificação da Unidade Dom Bosco ocorreu na virada do primeiro para o segundo semestre de 2018, quando houve problemas relativos a superlotação e rebelião em outras unidades de internação definitiva – Educandário Santo Expedito (ESE) e Unidade João Luiz Alves (JLA) – e, para auxiliar as mencionadas unidades, a direção do Dom Bosco recebeu inicialmente aproximadamente trinta de seus internos. O número de jovens em cumprimento de internação definitiva crescia a cada dia e eles não estavam podendo ter aulas na escola, já que a matriz pedagógica até então fora construída para atender adolescentes em internação provisória. Em razão disso, no segundo semestre de 2018 o colégio incluiu na sua matriz o sistema seriado em módulos objetivando atender ao emergente perfil de jovens lá internados.

---

<sup>19</sup> Embora a maioria dos jovens internados na Unidade Dom Bosco esteja cumprindo internação definitiva, há uma parcela que está em internação provisória.

O objetivo máximo da escola no sistema socioeducativo, independente dos seus educandos estarem cumprindo internação provisória ou definitiva, é despertar o interesse do estudante à vida escolar reforçando a criação de expectativas de reintegração social. Embora a discussão dialógica a respeito dos conteúdos específicos de cada disciplina seja uma etapa importante do processo de ensino-aprendizagem nestas instituições, é fundamental proporcionar a esses jovens um ambiente de reflexão mediado pelos educadores, em sentido mais amplo. Quebrar algumas verdades absolutas e cristalizadas que eles carregam e mostrar que há vida “fora do crime” deve ser vislumbrado como ápice a ser almejado pela atividade educacional nestas instituições, na interpretação destes autores.

Depreende-se em Padilha, Abreu, Gadotti e Antunes (2019), uma releitura da Pedagogia do Oprimido, texto icônico de Paulo Freire (1987 [1970]), em que se destacam abordagens alternativas para a educação e perspectivas libertadoras e que permitem buscar autonomia dos educandos para superação de dificuldades, crescimento intelectual por meio da vivência concreta, tal qual se encontra em Freire (1996) e, especificamente, em Cavalcanti (2012), com o que chama de “geografia do aluno”, ou seja, na possibilidade de explorar seu conhecimento prévio com atividades concretas.

Freitas e Ramires (2010) desenvolvem reflexão sobre pesquisa em centro socioeducativo na cidade de Uberlândia (MG) e apresentam importantes questões sobre as dificuldades relatadas e os desafios para a melhoria, por meio de entrevistas com professores e orientadores educacionais e na caracterização da origem geográfica dos alunos e suas questões sociais implicadas.

Seabra e Oliveira (2017) debatem o sistema socioeducativo em Brasília (DF) e discorrem sobre as dificuldades apontadas pelos orientadores educacionais para este tipo particular de educação e apresentam desafios para melhoria do sistema.

Esse estudo constatou a dificuldade de se estabelecer uma parceria entre escola e técnicos socioeducativos. A interlocução entre ambas pode proporcionar aos profissionais da educação, incluindo os professores, maior entendimento sobre a concepção e a metodologia da execução de medidas socioeducativas em meio aberto que, numa perspectiva de incompletude e intersetorialidade, engloba a escola. Esta não constitui um ator externo ao processo, e essa compreensão parece faltar, de acordo com os relatos de algumas entrevistadas. As parcerias se fazem necessárias para que a escola participe da construção e tenha conhecimento a respeito das metas relativas à escolarização dispostas no PIA do adolescente - Parecer CNE/CEB nº 8/2015, 2015, p.20- (SEABRA e OLIVEIRA, 2017, p. 645).

Tal fato desperta a necessidade de intervenções na escola por meio de novas abordagens provenientes da pesquisa acadêmica e da produção de metodologias e atividades concretas inéditas e inovadoras, fato buscado nesta proposta então debatida.

Um ponto não consensual das escolas inseridas na socioeducação<sup>20</sup> é o modo de lidar com as facções do tráfico de drogas ilícitas. A Seeduc e a Diesp não possuem uma resolução formal discutindo se é, ou não, para misturar jovens de facções distintas numa mesma sala de aula. Em razão disso, essa questão dependerá da direção de cada escola e das negociações entre instituições – colégio e unidade socioeducativa. Em nível de exemplo, a direção do C.E Padre Carlos Leôncio da Silva evita misturar na mesma sala de aula adolescentes do Comando Vermelho (CV) com outros pertencentes às facções Amigos dos Amigos (ADA) e Terceiro Comando Puro (TCP). Já o C.E Candeia, alocado na Unidade João Luiz Alves, não possui esse critério e coloca dentro da mesma sala de aula estudantes de facções distintas. A retratada situação é bastante dramática e os jovens que pertencem a uma facção possuem profunda rivalidade com os que estão em outra. Embora em algumas escolas pertencentes ao sistema haja mistura de facções e em outras não, há separação por facção nos alojamentos de todas as unidades.

O critério organizacional para distribuir os internos nos alojamentos da Unidade Dom Bosco, na categoria facção, foi a criação de dois grandes grupos informalmente chamados de “família maior” e “família menor”. O primeiro mencionado é integrado por membros do CV e o segundo pelo agrupamento de Amigos dos Amigos ADA e TCP. Essas nomenclaturas (“família maior” e “família menor”) dialogam com o fato da maioria dos internos da unidade integrarem o Comando Vermelho e apenas pequena parcela compor os grupos criminosos ADA e TCP.

Outro grupo de jovens que precisa ficar destacado em alojamentos próprios, por questão de segurança, é o que fica no prédio internamente nomeado como Protetora. Esses jovens não são aceitos por suas facções e caso dividam o mesmo alojamento com os jovens “do convívio<sup>21</sup>”, poderão ser torturados ou executados. Dentre os adolescentes que cumprem suas medidas nestes alojamentos separados, têm-se os sem facção, estupradores, homossexuais, assaltantes de ônibus<sup>22</sup>, traficantes que roubam droga ou dinheiro da boca de fumo na qual são integrantes, jovens que tiveram relações sexuais com a esposa ou namorada de outro traficante da sua localidade, internos “do convívio” castigados por terem brigado em seu alojamento, respondido a um agente de modo inapropriado ou por exercer liderança negativa.

---

<sup>20</sup>Particularidade do sistema educacional do Estado do Rio de Janeiro, onde há um número importante de ações das facções criminosas e que rivalizam intensamente entre si.

<sup>21</sup>Essa gíria diz respeito aos internos que são aceitos pelas facções.

<sup>22</sup>Segundo o relato de muitos alunos o “código ético do crime” não permite roubar em ônibus por, em suas palavras, afetar a trabalhadores pobres e moradores de favelas.

## **DIMENSÃO FÍSICA DA ESCOLA**

A infraestrutura do C.E Padre Carlos Leôncio da Silva compreende uma sala de cinema (cine clube<sup>23</sup>) e dez salas de aula, com capacidade para quinze estudantes em cada. Assim, contabilizando os turnos matutino e vespertino, há capacidade de matricular trezentos jovens privados da liberdade na escola – sendo cento e cinquenta para cada turno. As salas de aula são arejadas, sendo duas abertas, e todas possuem ventiladores, quadro branco e televisores com aparelho DVD (Foto1).

A escola procura demarcar simbólica e materialmente uma descontinuidade com a unidade, não sendo gradeada ou não contendo arames farpados (Foto 2). O objetivo é fazer com que os jovens se sintam acolhidos naquele espaço para que a elaboração do exercício pedagógico se torne factível.

**Figura 2:** Sala de aula e estudantes assistindo documentário durante aula, 2018



Fonte: Bruno Pereira do Nascimento, 2018.

---

<sup>23</sup>O cine clube é uma sala voltada para o acesso ao cinema, visto que parcela dos estudantes matriculados na escola nunca tiveram possibilidade de entrar em uma sala de cinema. Além disso, são feitas atividades pedagógicas com a utilização de recursos áudio visuais ou, por esta sala ser maior que as salas de aula convencionais, eventos com maior presença de pessoas também são produzidos nela.



**Figura 3:** Limite entre os territórios da unidade e do colégio sendo delimitado pelo corte no arame farpado. Em primeiro plano, uma sala de aula aberta e ao fundo (canto superior esquerdo) um prédio contendo alojamentos, 2019.



Autoria: Bruno Pereira do Nascimento, 2019.

Um ponto que se considera bastante interessante no que concerne à dimensão física da escola é o fato de duas salas de aula serem abertas, conforme o retratado na Foto 2. Muitos meninos falam que é como se estivessem “na pista”<sup>24</sup>, esquecendo por um momento de suas atuais situações e outros pedem para ficar no espaço aberto para sentir o Sol, afinal eles não vão ao pátio tomar banho de Sol em todos os dias, em razão da superlotação.

## **PERFIL DOS SOCIEDUCANDOS MATRICULADOS NO C.E PADRE CARLOS LEÔNCIO DA SILVA**

Uma particularidade presente no cotidiano dos colégios inseridos na socioeducação é a elevada evasão escolar apresentada por seus estudantes. Isso representa um grande desafio aos professores na relação ensino-aprendizagem em virtude de fatores como defasagem de conhecimentos prévios básicos em estudantes de séries mais avançadas, como o nono ano, e a falta de motivação em aprender novos conteúdos pela declarada não intenção de parcela dos internos em retomar a vida escolar quando sair do sistema socioeducativo. Essa questão corrobora com o posicionamento político-pedagógico de incentivar o educando a voltar para a escola quando sua medida chegar ao

<sup>24</sup> Essa gíria se refere a estar em liberdade.

final. Se o educador não o fizer e apenas discorrer sobre conteúdos da sua disciplina, o trabalho ficará estéril e sem resultados reais de transformação social.

Tendo como base o Planejamento Político-Pedagógico do C.E Padre Carlos Leôncio da Silva, com dados relativos aos estudantes matriculados entre os anos 2015 e 2018, nota-se alguns padrões como a maioria dos internos ter respectivamente dezessete e dezesseis anos, possuir Ensino Fundamental II em andamento ou incompleto - quando há evasão da escola - e pertencer a uma facção de drogas ilícitas (fotos 3 e 4).

**Figura 4:** Jovem dentro de um dos alojamentos da Unidade Dom Bosco ostentando simbolicamente seu pertencimento à facção Comando Vermelho (CV), 2017.



Autoria: Jornal O Globo (2017)<sup>25</sup>.

<sup>25</sup>Disponível através do link: <https://oglobo.globo.com/rio/unidades-de-ressocializacao-de-menores-infratores-sao-precarias-superlotadas-no-rio-21430866>

**Figura 5:** Jovens em atividade de música na sala de cinema – Cine Clube, dentro do espaço escolar. Destaque para o jovem indicando seu pertencimento à facção Terceiro Comando Puro (TCP), 2017.



Fonte: Bruno Pereira do Nascimento, 2017.

Os jovens pertencentes a facções trazem consigo diversas visões de mundo já cristalizadas, com destaque à compreensão de que suas facções são benéficas à população que mora em favela, protegendo-a de ações policiais truculentas e supostamente fazer trabalho social, por comprar remédios para moradores, distribuir cesta básica em datas comemorativas e, em suas palavras, “jogar brinquedo avanço” no dia das crianças. Não se pretende entrar no mérito deste debate e avaliar as maneiras como o tráfico lida com os moradores, mas constatar que esse discurso é comumente apresentado pelos socieducandos independente da facção a que pertencem. Outro discurso intensamente defendido é que os membros das facções rivais, os “alemão”, gíria que significa inimigo, são covardes, só têm estupradores e, também em seus termos, “só tem comédia”. Ou seja, se nota cotidianamente a necessidade em engrandecer sua facção e atacar a rival. Embora as siglas mudem (CV, ADA e TCP) os argumentos são os mesmos.

Em última instância, muitos deles possuem uma sensação de pertencimento e acolhimento pela facção na qual fazem parte. Vale frisar que é algo naturalizado para muitos em razão da

convivência diária desde a primeira infância com a dinâmica do tráfico de drogas literalmente em frente às suas casas, da ostentação e do *status* associado a essa prática criminosa<sup>26</sup>.

O conjunto complexo desses fatores faz com que os jovens privados da liberdade e pertencentes a facções procurem a todo momento enfatizar seu pertencimento de distintas maneiras. As fotos 3 e 4 ilustram essa ostentação da facção na qual o jovem faz parte através do gestual, mas há, também, como distinguir a facção através de gírias e modos de falar. Por exemplo, apenas jovens do Comando Vermelho falam termos como “suave”, “fê”, “nós”, “certo”, “tudo dois” etc. Já jovens do Terceiro Comando Puro falam outros como “sussa”, “correto”, “a gente” dentre outros. Pelo modo de falar os jovens sabem a qual facção os outros pertencem.

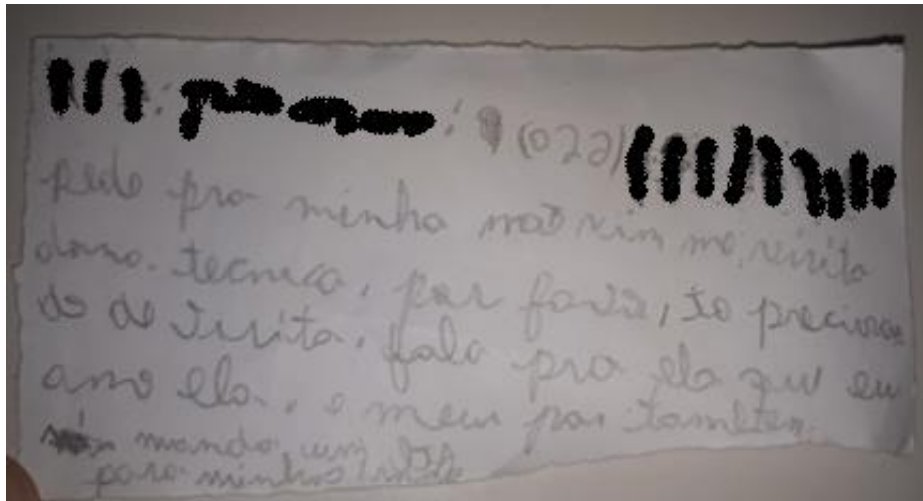
Na Unidade, também há o corpo técnico que elabora atendimentos psicológicos e familiares com os jovens. Contudo, devido à superlotação<sup>27</sup> a atuação profissional destes trabalhadores fica comprometida e em consequência muitos jovens ficam semanas sem atendimento técnico. Neste sentido, alguns professores pegam suas demandas e solicitações, passam para a coordenadora da escola, Simone Lima de Souza, e ela repassa para o corpo técnico, a fim de auxiliar no atendimento aos jovens. Os pedidos são diversos e alguns são simples, como pedir sabonete, contudo há outros mais complexos e que suscitam maior sensibilidade social, como pedir para a família visitá-lo por estar se sentindo sozinho e com saudades (foto 5).

---

<sup>26</sup>Para um debate mais aprofundado a respeito do tema, indica-se aos leitores a contemplação do documentário “Notícias de uma Guerra Particular”, produzido pelo cineasta João Moreira Salles e pela produtora Kátia Lund. Embora este documentário tenha sido lançado no ano 1999, as reflexões levantadas são atuais e ainda debatidas.

<sup>27</sup>A capacidade máxima da Unidade Dom Bosco é de 212 internos e atualmente, Abril de 2019, o número de internos é de aproximadamente 470.

**Figura 6:** Recado dado pelo jovem J. M. em sala de aula para entregar ao corpo técnico<sup>28</sup>.



Fonte: Bruno Pereira do Nascimento, 2019.

Os profissionais da escola não podem fazer ligações para famílias dos estudantes, não há possibilidade de ter esse tipo de contato até por razões de segurança. Contudo, pegamos diversos bilhetes como o retratado na Foto 5 e quando a escola repassa ao corpo técnico, seus profissionais possuem autonomia de entrar em contato com as famílias. Através do bilhete destacado, escrito por um jovem, nota-se um pouco dos dramas presentes na socioeducação e sedimenta em terreno concreto a reflexão acerca do professor não poder se limitar aos conteúdos formais de suas disciplinas específicas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto de extensão em curso parte da proposição político ideológica que defende a ressocialização dos jovens em conflito com a lei que estão em privação de liberdade. Acredita-se na potencialidade transformadora da educação e o método pedagógico utilizado é dialógico, dando voz aos socioeducandos e expondo as individualidades por trás da mácula socialmente construída que parte da premissa de que “todos são bandidos” e que “bandido bom é bandido morto”. Além disso, em razão da troca de experiências e visões de mundo entre membros da universidade, professores da

---

<sup>28</sup>O nome do referido socieducando, a matrícula junto à unidade e o telefone de contato de sua família foram apagados para manter sigilo a respeito da sua identidade. Estava escrito no bilhete “pede pra (sic) minha mãe vim (sic) me visita (sic) dona tecnica (sic), por favor, to (sic) precisando de visita. fala pra (sic) ela que eu amo ela (sic), e meu pai tambem (sic). Manda um bja (sic) para minhas irmaes”.

escola e os estudantes, há criação de uma atmosfera de grande plenitude do termo ensino-aprendizagem – pensado como uma via de mão dupla no processo educacional.

Os temas desenvolvidos nas oficinas são de contato cotidiano dos estudantes apreendidos e a maneiras como são desenvolvidos nas oficinas, por meio de pesquisas universitárias - algumas inéditas - não estão presentes nos livros didáticos convencionais e não constam necessariamente dos roteiros usuais empregados nas escolas regulares de ensino fundamental e médio. Desta maneira, estes alunos recebem contato direto com o saber universitário de ponta e são apresentados os papéis de uma universidade, inclusive, como possibilidade de mudança de status social. Ou seja, uma possibilidade de mudança de vida, vista como quase impossível pelos estudantes apreendidos.

A universidade como estranha e desconhecida é uma unanimidade a este perfil e o diálogo entre a equipe universitária e a equipe do colégio possibilita a devida adequação curricular apropriada a este perfil de alunos e avança na conquista de uma formação cidadã a toda a equipe envolvida, e ainda, consiste em materiais coletados para reflexões futuras, por meio da dialogia e continuidade das ações.

Todos os alunos e professores universitários relataram fortes mudanças em suas percepções dos temas desenvolvidos posteriormente a realização das oficinas, de tal modo que a realidade impactante dos alunos privados da liberdade, constitui um aprendizado especial que precisa ser valorizado e mantido em continuidade.

Além deste importante ponto, vale destacar que a modalidade de ensino socioeducativa ainda é pouco refletida no ambiente universitário, gerando lacunas na formação de futuros professores e resultando em dificuldades pelos mesmos na elaboração metodologias próprias a esta realidade escolar, caso venham a lecionar nela. Assim, a realização deste projeto de extensão também possui como potencialidade a aproximação entre profissionais e futuros profissionais que estão inseridos no meio universitário com as escolas inseridas na socioeducação.

## REFERÊNCIAS

ARGENTO, H. **Teoria Construtivista**. s/d (texto disponível em website). Acesso em 16 de janeiro de 2020. Disponível em <<http://penta3.ufrgs.br/midiasedu/modulo11/etapa2/construtivismo.pdf>>.

BAKHTIN, M. M. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.



BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017, 115 p.

CAVALCANTI, L. S. **O ensino de geografia na escola**. Campinas, SP: Papirus, 2012. p. 45 – 47.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Tradução de Rosisca Dar- cy de Oliveira prefácio de Jacques Chonchol 7ª ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983. 93p.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987 [1970].

\_\_\_\_\_. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa** / Paulo Freire. – São Paulo: Paz e Terra, 1996. 25ª Edição.

FREITAS, O. A.; RAMIRES, J. C. L. **Jovens infratores e políticas públicas**: reflexões acerca do centro socioeducativo de Uberlândia. *Observatorium – Revista eletrônica de Geografia*. Ano II, N. V. nov 2010. Acesso em 10 de dezembro de 2019. Disponível em: <http://www.observatorium.ig.ufu.br/pdfs/2edicao/n5/Jovens%20Infratores%20e%20Políticas%20Publicas.pdf>

KUPPERMANN, A. **Investimentos em ciência e tecnologia**. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 8, n. 20, p. 18-22, abr. 1994. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S010340141994000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141994000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em maio de 2020.

LAUERMANN, A. A violência da cidade sob o olhar da juventude. In: Claudia Lucia Silva Mendes; Elionaldo Fernandes Julião; Janaina de Fátima Silva Abdalla. Soraya Sampaio Vergílio; (Orgs.). **Restrição e privação de liberdade: Questões, desafios e perspectivas**. Rio de Janeiro, DEGASE, 2018.

MAIA, D. S.; SILVA, W. R.; WHITACKER, A. M. (Orgs.). **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. 1. ed. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017. v. 1. 290 p.

MUNARI, A. **Piaget**. Tradução e organização Daniel Saheb. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. 156 p.

PADILHA, P. R.; ABREU, J.; GADOTTI, M.; ANTUNES, A. B. (Orgs.) **50 olhares sobre os 50 anos da pedagogia do oprimido** [livro eletrônico] / Paulo Roberto Padilha [*et al.*], (orgs.). -- 1. ed. -- São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2019.

RIO DE JANEIRO. **DECRETO N.º 20581 DE 28 DE SETEMBRO DE 1994**. Criação de Colégios Estaduais no Município do Rio De Janeiro. 1994.

SEABRA, R. C.; OLIVEIRA, M. C. S. L. **Adolescentes em atendimento socioeducativo e escolarização: desafios apontados por orientadores educacionais**. *Psicologia Escolar e Educacional*, SP. Volume 21, N. 3, setembro/dezembro de 2017: 639-647. (acesso em 15 de março de 2020). Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pee/v21n3/2175-3539-pee-21-03-639>.



SILVA, W. R. *Centralidade, shopping centers e reestruturação das cidades médias*. In: Doralice Sátyro Maia; William Ribeiro da Silva; Arthur Magon Withacker. (Orgs.). **Centro e Centralidade em Cidades Médias**. 1ed.São Paulo: UNESP - Cultura Acadêmica, 2017, v. 1, p. 199-226.